

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

**31 de dezembro de 2025
com Relatório dos Auditores Independentes**

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

**Shape the future
with confidence** Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.
Minas do Leão – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia assume obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 21. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos a necessidade de ajustes de auditoria na provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Tarcísio Rocha Marques dos Reis
Contador CRC SP- 290778/O

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2025	2024		Nota Explicativa	2025	2024
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	23.480	81.273	Fornecedores	15 e 23	35.740	27.337
Títulos e valores mobiliários	11	90	-	Empréstimos e financiamentos	17	-	545
Contas a receber de clientes	12	71.262	67.700	Debêntures e notas comerciais	18	33.614	27.577
Estoques		5.586	9.380	Passivo de arrendamento		-	173
Impostos a recuperar	13	7.365	3.816	Salários, benefícios e encargos sociais	19	6.168	4.294
Outras contas a receber		792	2.567	Impostos, taxas e contribuições	20	10.928	26.358
Adiantamento a fornecedores		490	1.501	Dividendos a pagar	16	3.554	2.600
Total do ativo circulante		109.065	166.237	Adiantamentos de clientes		1.918	2.063
				Outras contas a pagar		-	168
				Total do passivo circulante		91.922	91.115
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	11	2.765	-	Debêntures e notas comerciais	18	123.562	101.765
Impostos a recuperar	13	3.734	3.733	Provisões	21	26.656	57.920
Contas a receber de clientes	12	12.181	7.583	Total do passivo não circulante		150.218	159.685
Mútuos a receber de partes relacionadas	23	125.385	106.552	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo fiscal diferido	22	4.199	19.465	Capital social	24	102.359	102.359
Depósitos judiciais		311	59	Capital social a integralizar		(261)	(261)
		148.575	137.392	Reserva de capital		4.491	4.491
Imobilizado	14	250.896	206.413	Reservas de lucros		159.845	152.882
Direito de uso - Arrendamento		-	169	Ajustes de avaliação patrimonial		1	(7)
Intangível		39	53	Total do patrimônio líquido		266.435	259.464
		250.935	206.635				
Total do ativo não circulante		399.510	344.027				
TOTAL DO ATIVO		508.575	510.264	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		508.575	510.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
	Explicativa		
Receita operacional líquida	25	298.008	306.170
Custo dos serviços prestados	26	(141.339)	(150.462)
Lucro bruto		156.669	155.708
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	27	(2.232)	(1.278)
Despesas administrativas	28	(31.918)	(20.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(2.685)	(309)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(36.835)	(21.681)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		119.834	134.027
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	30	26.062	21.300
Despesas financeiras	30	(25.007)	(20.274)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.055	1.026
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		120.889	135.053
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22	(26.488)	(46.241)
Diferido	22	(15.266)	(136)
Lucro líquido do exercício		79.135	88.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	79.135	88.676
Outros resultados abrangentes	8	-
Total do resultado abrangente da Companhia	79.143	88.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reserva de lucros					
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	92.225	-	4.491	5.950	91.924	-	(7)	194.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.676	-	88.676
Reserva legal	-	-	-	4.434	-	(4.434)	-	-
Aumento do capital social – nota explicativa 24	10.134	(261)	-	-	-	-	-	9.873
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	84.242	(84.242)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios – nota explicativa 24	-	-	-	-	(33.668)	-	-	(33.668)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	102.359	(261)	4.491	10.384	142.498	-	(7)	259.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.135	-	79.135
Reserva Legal	-	-	-	3.957	-	(3.957)	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	75.178	(75.178)	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 24	-	-	-	-	(72.172)	-	-	(72.172)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	8	8
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	102.359	(261)	4.491	14.341	145.504	-	1	266.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2025	2024
Lucro líquido do exercício		79.135	88.676
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações, amortizações e ativo do direito de uso	26 e 28	14.882	17.657
Baixa de imobilizado e intangível	14	409	1.924
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos, debentures e notas comerciais	17 e 18	22.251	18.966
Rendimentos e encargos financeiros inerentes a mútuos cedidos	30	(18.154)	(11.743)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	21	(38.822)	(9.239)
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	21	6.639	(44)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	12	1.268	688
Provisão para contingências	21	919	96
Provisão de imposto de renda e contribuição social	22	26.488	46.241
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	15.266	136
Provisão para obrigações contratuais futuras	21	8	3
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	11	(2.855)	-
Contas a receber de clientes	12	(3.624)	(8.049)
Partes relacionadas	23	(5.804)	(1.055)
Impostos a recuperar	13	(3.550)	1.893
Estoques		3.794	(3.349)
Outras contas a receber		1.775	(1.700)
Adiantamento a fornecedores		1.011	(926)
Depósitos judiciais		(252)	-
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	15	6.339	10.604
Partes relacionadas	23	2.064	815
Salários benefícios e encargos sociais	19	1.874	871
Impostos taxas e contribuições	20	(6.388)	7.453
Impostos de renda e contribuição social	22	(16.484)	(23.707)
Adiantamento de clientes		(145)	358
Outras contas a pagar		(168)	154
Caixa proveniente das operações		87.876	136.723
Pagamento de impostos sobre o lucro		(19.046)	(14.700)
Mútuos ativos - recebimento de juros	23	242	-
Debentures e notas comerciais - juros pagos	18	(21.698)	(18.288)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	17	(12)	(330)
Passivo de arrendamento - juros pagos		(4)	(5)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		47.358	103.400
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos ativos – concedidos	23	(10.769)	(11.073)
Mútuos ativos - recebimento principal	23	9.848	-
Aquisição de ativo imobilizado	14	(59.751)	(44.415)
Aquisição de intangível		(12)	-
Venda de imobilizado		180	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(60.504)	(55.488)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debentures e notas comerciais – pagamento de principal	18	(25.715)	(6.428)
Emissão de debentures e notas comerciais	18	53.000	-
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	17	(533)	(3.359)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal		(181)	(180)
Dividendos pagos		(71.218)	(31.068)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(44.647)	(41.035)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(57.793)	6.877
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	81.273	74.396
No final do exercício	10	23.480	81.273
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(57.793)	6.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR” ou “Companhia”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão.

As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí.

Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de efluentes e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades.

Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº12 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº14 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº21 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº22 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionada acima no item (a)

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita de contrato com clientes
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Ativo imobilizado
- (g) Instrumentos financeiros
- (h) Redução ao valor recuperável (impairment)
- (i) Provisões
- (j) Ativos não circulantes mantidos para venda
- (k) Distribuição de dividendos
- (l) Arrendamento

a) Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Destinação final de resíduos – Aterro

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

b) Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados:*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) *Participação nos lucros:*

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

iii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1)– Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimentos e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia, a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em suas demonstrações financeiras.

vi) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não - derivativos

A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

ii) Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia,

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação.

Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento de efluentes é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

j) Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 24.

l) Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

m) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7. Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **Alterações à IAS 21 — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade**

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à conversibilidade cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de conversibilidade nos termos da norma. A Companhia irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós-Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG-linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao FVOCI.

As principais alterações são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros:

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).
- **Ativos financeiros com características ‘non-recourse’:** As alterações aprimoram a descrição do termo ‘non-recourse’, em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de ‘non-recourse’ quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.
- **Instrumentos contratualmente vinculado:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações:

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.
- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

• **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais.

IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial

Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:B5-B6 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de “condições”) e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento

As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação

As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tornar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14.

Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito

As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento

As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação

As alterações substituem a expressão “pelo preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)” na IFRS 9.5.1.3 por “o valor determinado ao aplicar a IFRS 15”, para resolver inconsistências entre a IFRS 9.5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao “preço da transação” (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9.

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”

As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a “agentes de fato” como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo

A alteração substitui o termo “método do custo” por “ao custo” no IAS 7:37, em conformidade com a remoção da definição de “método do custo” das normas contábeis internacionais.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações:

- Os requisitos de uso próprio (“own-use”) na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais;
- Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge:
- para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e
- para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

8. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital.

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

i) *Risco de mercado*

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 25% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2025 (25% em 2024), conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	20.197		3.561
Títulos e valores mobiliários (nota 11)	2.855	CDI e TLP	511
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(157.176)		(826)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(134.124)		
Efeito no resultado			3.246

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	79.483		11.879
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(129.887)	CDI e TLP	(628)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(50.404)		
Efeito no resultado			11.251

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato,

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	10	23.480	81.273
Títulos e valores mobiliários	11	2.855	-
Contas a receber de clientes	12	83.443	75.283
Mútuos a receber de partes relacionadas	23	125.385	106.552
Outras contas a receber		792	2.567
		235.955	265.675

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PECLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2025									
Caixa e equivalentes de caixa	23.480	-	-	-	-	-	-	-	23.480
Títulos e valores mobiliários	2.855	-	-	-	-	-	-	-	2.855
Contas a receber de clientes	40.439	6.790	8.733	5.396	3.714	6.097	15.889	(3.615)	83.443
Mútuos a receber de partes relacionadas	125.385	-	-	-	-	-	-	-	125.385
Outras contas a receber	792	-	-	-	-	-	-	-	792
	192.951	6.790	8.733	5.396	3.714	6.097	15.889	(3.615)	235.955
Em 31 de dezembro de 2024									
Caixa e equivalentes de caixa	81.273	-	-	-	-	-	-	-	81.273
Contas a receber de clientes	47.034	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	75.283
Mútuos a receber de partes relacionadas	106.552	-	-	-	-	-	-	-	106.552
Outras contas a receber	2.567	-	-	-	-	-	-	-	2.567
	237.426	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	265.675

iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
	Fornecedores e outras contas a pagar	35.740	-	-	-	35.740
Debêntures e Notas comerciais (a)	95.009	61.235	55.903	-	212.147	157.176
	130.749	61.235	55.903	-	247.887	192.916

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
	Empréstimos e financiamentos (a)	545	-	-	-	545
Fornecedores e outras contas a pagar	27.505	-	-	-	27.505	27.505
Debêntures e Notas comerciais (a)	43.969	76.138	60.418	-	180.525	129.342
Passivo de arrendamento	173	-	-	-	173	173
	72.192	76.138	60.418	-	208.748	157.565

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado.

O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais	157.176	129.887
Fornecedores e outras contas a pagar	35.740	27.505
Total Endividamento	192.916	157.392
(-) Caixa e caixa equivalente	(23.480)	(81.273)
(=) Endividamento líquido (a)	169.436	76.119
Patrimônio líquido	266.435	259.464
Capital social e endividamento líquido (b)	435.871	335.583
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	39%	23%

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	2025		2024		
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	23.480	23.480	81.273	81.273
Títulos e valores mobiliários	Nível 1	VJR	2.855	2.855	-	-
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	83.443	83.443	75.283	75.283
Outras contas a receber		Custo amortizado	792	792	2.567	2.567
Mútuos a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	125.385	125.385	106.552	106.552
Total			235.955	235.955	265.675	265.675
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	35.740	35.740	27.505	27.505
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	-	-	545	545
Debêntures e notas comerciais		Custo amortizado	157.176	155.117	129.342	130.892
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	-	-	173	173
Total			192.916	190.857	157.565	159.115

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 21b.

As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 21c.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	3.283	1.790
Certificado de depósito bancário (CDB)	20.197	79.483
	<u>23.480</u>	<u>81.273</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 97,94% em 2025 (97,79% em 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Circulante	90	-
Não circulante	2.765	-
	2.855	-

A Companhia cedeu depósitos bancários à vista no montante de R\$2.855 para garantia de notas comerciais. Estão registrados como aplicações financeiras na modalidade CDB e possuem remuneração atrelada à variação média de 100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024, não há).

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na NE 8 (c).

12. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2025	2024
Clientes públicos:			
Valores faturados		39.353	32.544
Medições a faturar		28.824	30.583
		68.177	63.127
Clientes privados:			
Valores faturados		8.221	6.530
Medições a faturar		3.073	6.313
		11.294	12.843
Perdas de crédito esperada		(3.615)	(2.470)
Partes relacionadas	23	7.587	1.783
Total		83.443	75.283
Circulante		71.262	67.700
Não circulante		12.181	7.583

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2025	2024
Valores a vencer	40.439	47.034
Vencidos:		
Até 30 dias	6.790	14.644
Entre 31 e 60 dias	8.733	186
Entre 61 e 90 dias	5.396	20
Entre 91 e 180 dias	3.714	3.773
Entre 181 e 360 dias	6.097	1.643
Acima de 360 dias	15.889	10.453
PECLD	(3.615)	(2.470)
	83.443	75.283

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2025 e 2024 é apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(2.470)	(1.886)
Provisão do exercício	(3.989)	(1.687)
Reversão do exercício	2.721	999
Perda Efetiva	123	104
Saldo final	(3.615)	(2.470)

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	2025	2024
INSS	4.407	4.243
Pis e Cofins	2.161	1.579
IRPJ	3.727	818
CSLL	628	843
ICMS	173	4
Outros impostos	3	62
	11.099	7.549
Circulante	7.365	3.816
Não circulante	3.734	3.733

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2025		2024	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		216.218	(112.458)	103.760	87.051
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	68.821	(6.860)	61.961	61.368
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(544)	19	38
Máquinas e equipamentos	10%	41.430	(20.043)	21.387	22.409
Móveis e utensílios	10%	1.131	(687)	444	452
Equipamentos de informática	20%	1.748	(1.196)	552	555
Veículos e equipamentos	20%	622	(515)	107	214
Imobilizado em andamento		62.666	-	62.666	34.326
		393.199	(142.303)	250.896	206.413

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) Terrenos não são depreciados

As mutações do imobilizado de 2025 e 2024 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	2025				Saldo em
	Saldo em 31/12/2024	Adição	(-) Baixa	Transferência	31/12/2025
Aterro e infra em aterros (*)	190.806	-	(6)	25.418	216.218
Terrenos, edificações e construção civil (**)	65.603	442	-	2.776	68.821
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	39.567	763	(208)	1.308	41.430
Móveis e utensílios	1.063	56	-	12	1.131
Equipamentos de informática	1.535	114	(1)	100	1.748
Veículos e equipamentos	622	-	-	-	622
Imobilizado em andamento	34.326	58.376	(422)	(29.614)	62.666
	334.085	59.751	(637)	-	393.199
Depreciação	2025				Saldo em
	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	31/12/2025
Aterro e infra em aterros (*)	(103.755)	(8.703)	-	-	(112.458)
Terrenos, edificações e construção civil (**)	(4.235)	(2.625)	-	-	(6.860)
Benfeitorias em bens de terceiros	(525)	(19)	-	-	(544)
Máquinas e equipamentos	(17.158)	(2.933)	48	-	(20.043)
Móveis e utensílios	(611)	(76)	-	-	(687)
Equipamentos de informática	(980)	(216)	-	-	(1.196)
Veículos e equipamentos	(408)	(107)	-	-	(515)
	(127.672)	(14.679)	48	-	(142.303)
	206.413	45.072	(589)	-	250.896

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	165.552	-	-	25.254	190.806
Terrenos, edificações e construção civil	39.227	-	-	26.376	65.603
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	27.528	12.559	(714)	194	39.567
Móveis e utensílios	1.051	33	(21)	-	1.063
Equipamentos de informática	1.434	119	(18)	-	1.535
Veículos e equipamentos	583	-	-	39	622
Imobilizado em andamento	54.485	31.704	-	(51.863)	34.326
	290.423	44.415	(753)	-	334.085

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(91.311)	(12.444)	-	-	(103.755)
Terrenos, edificações e construção civil	(2.458)	(1.777)	-	-	(4.235)
Benfeitorias em bens de terceiros	(505)	(20)	-	-	(525)
Máquinas e equipamentos	(14.601)	(2.827)	270	-	(17.158)
Móveis e utensílios	(554)	(74)	17	-	(611)
Equipamentos de informática	(792)	(200)	12	-	(980)
Veículos e equipamentos	(303)	(105)	-	-	(408)
	(110.524)	(17.447)	299	-	(127.672)

Total	179.899	26.968	(454)	-	206.413
--------------	----------------	---------------	--------------	----------	----------------

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2025 e 2024, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas, e não foi identificado qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

15. Fornecedores

São compostos como segue:

	2025	2024
Fornecedores	31.946	25.607
Partes relacionadas – nota 23	3.794	1.730
	35.740	27.337

16. Dividendos a pagar

São compostos como segue:

Dividendos a pagar Controladora:	2025	2024
Riograndense Participações S.A.	3.554	2.600
	3.554	2.600

Abaixo demonstramos a movimentação no ano de 2025 e 2024

	2025	2024
Saldo inicial	2.600	-
Dividendos propostos	72.172	33.668
Pagamento de dividendos	(71.218)	(31.068)
Saldo final	3.554	2.600

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
Financiamento de projetos	Pré-fixado de 3,75% a.a.	Fev/25	-	545
			-	545

Ao longo de 2025 e 2024, o endividamento da Companhia apresentou as seguintes mutações:

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2025
Financiamento de projetos	545	-	1	(13)	(533)	-
	545	-	1	(13)	(533)	-

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	3.743	-	308	(316)	(3.190)	545
Financiamento de veículos e equipamentos	170	-	13	(14)	(169)	-
	3.913	-	321	(330)	(3.359)	545

18. Debêntures e Notas comerciais

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
Debêntures (a)	CDI + 3 % a.a	Nov/2029	104.661	130.435
Nota comercial (b)	CDI + 2,55% a.a	Ago/2029	53.207	-
(-) Custo de captação			(692)	(1.093)
			157.176	129.342
Circulante			33.614	27.577
Não circulante			123.562	101.765

a) Debêntures

Em 18 de novembro de 2022 a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 07 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023, respectivamente, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização trimestral a partir de 22 de novembro de 2024 e vencimento final em 22 de novembro de 2029.

Os recursos obtidos pela Emissora com a primeira emissão das debêntures da Primeira Série serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinadas dívidas. Os recursos obtidos da Segunda Série das Debêntures serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Riograndense Participações S.A. (controladora direta da CRVR), como principais pagadores e devedores proporcionais pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$135.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 75.000 (setenta e cinquenta mil) debêntures na Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a quantidade de 60.000 (sessenta mil) debêntures na Segunda Série.

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

Índice financeiro contratado:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = EBITDA/Serviço da Dívida (Juros + Amortização) > 1,20

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração declara que a cláusula restritiva prevista no contrato foi integralmente cumprida em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Nota Comercial

Em 15 agosto de 2025, a CRVR- Riograndense Valorização de Resíduos S.A firmou contrato de Nota Comercial com o Banco Inter, no valor de R\$ 53.000. A Emissão prevê juros de CDI + 2,55%, com pagamento mensal de juros e carência de doze meses para início da amortização. A amortização pagamento do principal terá início em 22 de setembro de 2026, com vencimento em 22 de julho de 2029.

Os recursos captados foram destinados para reforço de caixa.

Garantias

As Notas Comerciais contarão com garantia fidejussória, na forma de fiança, em favor dos titulares das Notas Comerciais Banco Inter, pelos seguintes garantidores:

A fiadora Solvi Essencis Ambiental S.A, estabelecem que a obrigação está limitada ao valor correspondente à 70% do saldo devedor da presente Emissão.

As notas comerciais contarão, ainda, com garantia de fiança bancária dos sócios, em favor dos titulares das notas comerciais, cujo montante correspondente à 30% do valor total da Emissão.

Índice financeiro contratado:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = EBITDA/Serviço da Dívida (Juros + Amortização) ≥ 1,20

A Administração declara que a cláusula restritiva prevista no contrato foi integralmente cumprida em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Conciliação da movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Saldo em 31/12/2025
Debêntures	130.435	-	19.311	(19.370)	(25.715)	-	104.661
Nota Comercial	-	53.000	2.535	(2.328)	-	-	53.207
(-) Custo de captação	(1.093)	-	-	-	-	401	(692)
	129.342	53.000	21.846	(21.698)	(25.715)	401	157.176

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	137.000	-	18.151	(18.288)	(6.428)	-	130.435
(-) Custo de captação	(1.582)	-	-	-	-	489	(1.093)
	135.418	-	18.151	(18.288)	(6.428)	489	129.342

19. Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2025	2024
Salários	924	-
Encargos trabalhistas	723	601
Férias	2.618	2.149
Participação nos resultados	1.848	1.513
Outros	55	31
	6.168	4.294

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	2025	2024
ISS	2.911	4.441
PIS	909	1.816
Cofins	4.344	8.540
ICMS	386	195
IRRF	275	251
INSS Retido	506	477
ISS Retido	184	150
IRPJ/CSLL	1.359	10.401
Outros	54	87
	10.928	26.358

21. Provisões

O saldo é composto como segue:

	2025	2024
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	1.592	673
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	13.520	52.342
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	11.513	4.874
Provisão para indenização em venda de investida	31	31
	26.656	57.920

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

São compostos como segue:

	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2023	577	577
Adições	179	179
Reversões	(83)	(83)
Saldo em 31/12/2024	673	673
Adições	939	939
Reversões	(20)	(20)
Saldo em 31/12/2025	1.592	1.592

Chances de perda foram classificadas como possível

Em 31 de dezembro de 2025, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totalizam R\$10.308 (R\$10.352 em 31 de dezembro de 2024). Os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente a ações descritas abaixo:

Número do Processo	Área Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Reclamação Trabalhista Nº CONFIDENCIAL	Trabalhista	Trata-se de uma demanda trabalhista com pleito de dano moral, indenização estabilitária, dano material, pensionamento, honorários advocatícios e responsabilidade subsidiária da CRVR.	Valor atualizado envolvido na ação com indicação de prognóstico possível: R\$433

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 12,75% ao ano (9,73% em 2024) que reflete o custo de capital da Companhia.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	52.342	61.581
Constituição de provisão	7.682	10.596
Reversão / realização da provisão	(46.504)	(19.835)
Saldo final	<u>13.520</u>	<u>52.342</u>

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	4.874	4.918
Constituição de provisão	15.550	519
Reversão da provisão	(8.911)	(563)
Saldo final	11.513	4.874

22. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(6.566)	(1.290)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	4.598	17.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.229	840
Provisões contingências	-	229
Prov. Transp. chorume	3.914	1.657
Provisão de participações no resultado	705	591
IFRS 16	3	10
Benefícios pós emprego	10	-
Provisão Processos Ambientais	10	-
Outros	296	(368)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	4.199	19.465

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento. A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	120.889	135.053
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(41.102)	(45.918)
Incentivos	712	572
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Efeito de controladas de alíquota diferenciada		
Brindes/multas ineditáveis	(48)	(31)
Bônus/doações/patrocínios	(166)	(228)
Ajuste de inventário	(394)	(791)
Outras diferenças permanentes	(1.019)	54
Perda por inadimplência	(42)	(35)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	305	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(41.754)	(46.377)
Corrente	(26.488)	(46.241)
Diferido	(15.266)	(136)
Alíquota efetiva	34,54%	34,34%

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.938 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.800 em 2024).

Outras transações com partes relacionadas

Seguem os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2025 e de 2024:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Solvi Participações S.A.	2	-	-	-	2	-
Solvi Essencis Ambiental S.A.	97	98	1.181	333	(4.290)	(3.640)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	10	3	42	2	452	(8)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	-	4	1	1	11	(12)
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	12	-	-	-	19	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	714	1.272	(9.803)	(6.067)
Riograndense Participações S.A.	-	-	1.500	-	-	929
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.	6	-	-	-	11	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	356	-	(375)	(1.348)
Biotérmica Energia S.A.	5.314	1.678	-	122	3.576	1.528
Biometano Sul S.A.	2.101	-	-	-	1.636	52
Biometano São Leopoldo S. A	45	-	-	-	-	-
	7.587	1.783	3.794	1.730	(8.761)	(8.566)
Mútuos						
Riograndense Participações S.A.	125.385	97.286	-	-	19.216	7.829
Biotérmica Energia S.A.	-	9.266	-	-	611	819
	125.385	106.552	-	-	19.827	8.648
Total	132.972	108.335	3.794	1.730		
Circulante	7.587	1.783	3.794	1.730		
Não circulante	125.385	106.552	-	-		

Movimentação de mútuos no ativo:

	2025	2024
Saldo inicial	106.552	83.736
Aplicação	10.769	11.073
Juros	19.827	13.242
Recebimento de juros	(242)	-
Recebimento do principal	(9.848)	-
Encargos	(1.673)	(1.499)
	125.385	106.552

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 01 de dezembro de 2023, mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívida” celebrado entre a Companhia e sua controladora Riopar, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$10.101, com a criação de 10.100.798 ações ordinárias, passando o capital social de R\$82.124 para R\$92.225, dividido em 92.225.535 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data.

Em 16 de dezembro de 2024, mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívida” celebrado entre a Companhia e sua controladora Riopar, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$10.134, com a criação de 10.134 ações ordinárias, passando o capital social de R\$92.225 para R\$102.359, dividido em 102.359 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data, e o montante de R\$261 encontra-se em capital social a integralizar.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços.

c) Distribuição de lucros

A Administração em assembleia realizada em 16 de maio de 2025 aprovou a distribuição de dividendos da reserva de retenção de lucros da CRVR no valor total de R\$72.172, pagos conforme o seguinte cronograma: (a) R\$19.596 no mês de maio/2025; (b) R\$6.096 no mês de junho/2025; (c) R\$6.096 no mês de julho/2025; (d) R\$8.346 no mês de agosto/2025; (e) R\$6.096 no mês de setembro/2025; (f) R\$18.288 no mês de outubro/2025; (g) R\$4.100 no mês de dezembro/2025; e, (h) R\$3.554 a serem pagos 2026.

A Administração em assembleia realizada em 19 de abril de 2024 aprovou a distribuição de dividendos da CRVR no valor total de R\$33.668, pagos conforme o seguinte cronograma: (a) R\$5.477 no mês de abril/2024; (b) R\$3.277 no mês de junho/2024; (c) R\$3.277 no mês de julho/2024; (d) R\$6.227 no mês de agosto/2024; (e) R\$6.454 no mês de setembro/2024; (f) R\$3.278 no mês de novembro/2024; (g) R\$3.278 no mês de dezembro/2024; e, (h) R\$2.600 pago em fevereiro/2025.

Abaixo tabela com a destinação dos lucros:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	79.135	88.676
Reserva legal - 5%	3.957	4.434
Base para distribuição mínima	75.178	84.242
% dividendos mínimos obrigatórios	40%	40%
Dividendos mínimos obrigatórios	30.071	33.697
Dividendos propostos	72.172	-
Dividendos distribuídos exercício corrente	102.243	33.697

a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outros resultados abrangentes

O valor de R\$1 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego (R\$7 em 31 de dezembro de 2024).

25. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	2025	2024
Receita de coleta e tratamento de resíduos	333.432	352.058
Receita com manufatura reversa	1.476	358
Receita venda de biogás	10.397	2.126
Total receita bruta	345.305	354.542
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(14.591)	(15.351)
PIS	(5.687)	(5.846)
COFINS	(26.197)	(26.926)
ICMS	(822)	(249)
Total de deduções sobre vendas	(47.297)	(48.372)
Receita líquida	298.008	306.170

As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2025	2024
Salários e encargos	(28.227)	(27.734)
Aluguel	(36.805)	(40.251)
Depreciações e amortizações	(14.804)	(17.638)
Materiais aplicados nos serviços	(26.593)	(21.836)
Serviços de terceiros(a)	(76.711)	(54.218)
Créditos fiscais (b)	2.846	8.986
Energia elétrica	(2.395)	(1.598)
Fechamento de aterro	38.822	9.239
Licenças e taxas	(40)	(25)
Outros custos de produção	2.568	(5.387)
	(141.339)	(150.462)

- (a) Refere-se substancialmente a custos com coleta, transportes e tratamento de resíduos, manutenções e instalações operacionais.
(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

27. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2025	2024
(Reversão) / Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(1.145)	(584)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(123)	(104)
Patrocínios, brindes e doações	(323)	(291)
Propaganda e publicidade	(631)	(29)
Outros	(10)	(270)
	(2.232)	(1.278)

28. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2025	2024
Remuneração direta mão de obra	(6.880)	(2.613)
INSS	(1.113)	(375)
Benefícios	(1.230)	(516)
FGTS	(322)	(106)
Aluguéis	(747)	(142)
Depreciação	(77)	(19)
Materiais	(1.377)	(1.868)
Serviços de Terceiros (a)	(14.752)	(10.465)
Tributos, Seguros e Contribuições	(254)	(215)
Viagens e Estadias	(559)	(73)
Despesas serviços compartilhados (b)	(4.290)	(3.640)
Outros	(317)	(62)
	(31.918)	(20.094)

- (a) Refere-se a serviços de gestão de assessoria técnica.
(b) Refere-se a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2025	2024
Receita de aluguel	4	-
Outras receitas (despesas) eventuais	(694)	(63)
Resultado na baixa e/ou venda de imobilizado	(412)	1.596
Provisões para contingências	(919)	(96)
Despesas com contingências	(279)	(293)
Patrocínio e doações	(238)	(405)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(147)	(1.048)
	(2.685)	(309)

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2025	2024
Receitas juros sobre contratos	19.825	13.240
Variação monetária ativa	61	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.822	7.749
Correção de depósitos judiciais	5	-
Juros recebidos e descontos obtidos	752	137
Outras receitas financeiras	597	174
Total receitas financeiras	26.062	21.300
Variação monetária passiva	(57)	(17)
Despesas bancárias	(345)	(445)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(4)	(13)
Despesas com multas e moras financeiras	(134)	(97)
Despesas com captação debentures	(496)	(505)
Tributos sobre movimentações financeiras	(2.124)	(725)
Juros sobre empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	(21.847)	(18.472)
Total despesas financeiras	(25.007)	(20.274)
Total	1.055	1.026

31. Cobertura de seguros

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2025	2024
Seguro patrimonial	54.000	54.000
Responsabilidade civil geral	25.000	25.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	109.000	109.000

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definição do IAS 33 – Lucro por ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	79.135	88.676
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	102.359	92.641
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,77	0,96
Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024	92.641	92.225
Efeito das ações emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	9.718	416
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	102.359	92.641